



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 070/2018

## **1. INTRODUÇÃO**

1.1 A Comissão Pregoeira da Prefeitura do Município de Tanguá, mediante a pregoeira designada pela Portaria nº 123 de 04 de julho de 2018, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 31/08/2018, às 09:00 horas, na Rua Vereador Manoel de Macedo, nº 680 – Centro – Tanguá – RJ, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, conforme descrito neste edital e seus anexos. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto nas Leis 10.520/2002 e 8.666/93; Decreto Municipal nº 1095/2006 de 10 de junho de 2006, Lei Complementar 123, Lei Municipal nº 635 de 31 de outubro de 2007 e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

1.2 Este procedimento licitatório está vinculado ao processo administrativo nº 0066/2018 expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

1.3 As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicada em Diário Oficial do Município, divulgada por meio eletrônico na internet, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, email ou telegrama, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.4 Este edital poderá ser adiado ou revogado por razões de interesse público, ou anulado, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 21 do Decreto Municipal 1095/2006.

1.5 O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na sala da Comissão de Pregão da Prefeitura do Município de Tanguá, no endereço acima.

Valor do edital: 01 (uma) resma de 500 folhas de papel A4.

1.6 Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início desta licitação, no endereço na Rua Vereador Manoel de Macedo, nº 680 – Centro – Tanguá – RJ ou pelo telefone (21) 2747-1140 de 9:00 até às 16:00 hs.

## **2. OBJETO**

2.1 O Objeto do presente pregão é a seleção de proposta mais vantajosa para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO – LIMPEZ, PAPELARIA E PROCESSAMENTO DE DADOS, conforme termo de referência em anexo e demais disposições deste edital.

2.2 O objeto do presente pregão está estimado em R\$ 244.723,31 (duzentos quarenta e quatro mil setecentos e vinte e três reais e trinta e um centavos).

2.3 O licitante vencedor está sujeito as condições de recebimento do objeto da licitação, em consonância com o dispositivo no art. 73 da Lei Federal 8.666/93.

## **3. AQUISIÇÃO E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**

3.1 O edital encontra-se à disposição do interessado na Comissão de Pregão, no endereço e telefone acima mencionados.

3.2 Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, providências ou formular impugnações contra o ato convocatório, devendo fazer por escrito, no prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da sessão pública de abertura da licitação, sob pena de decadência do direito, devendo ser dirigidos ao pregoeiro, no endereço e telefone especificado acima, no horário comercial.

3.3 Caberá ao pregoeiro responder, dentro de 24 (vinte e quatro) horas do seu recebimento, as impugnações e pedidos de esclarecimentos formulados tempestivamente, com encaminhamento de cópia da resposta a todos os interessados.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

3.4 No caso de ausência da solicitação, pressupõe-se que os elementos constantes neste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente qualquer reclamação.

3.5 Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

#### **4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1 Os recursos para cobrir as despesas com a presente licitação estão previstos no orçamento desta municipalidade conforme descrito no termo referencia constante neste edital.

#### **5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

5.1 O julgamento do presente pregão será feito pelo critério de MENOR PREÇO UNITÁRIO.

#### **6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO**

6.1 Poderão participar da presente licitação as empresas inscritas no registro cadastral da Prefeitura Município de Tanguá ou as que apresentarem toda documentação necessária à qualificação na hora da licitação.

6.2 Não poderão participar desta licitação:

- a) Empresas de que trata o art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Empresas suspensas do direito de licitar no prazo e nas condições do impedimento e as declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração pública federal, estadual ou municipal;
- c) Empresas em estado de falência ou concordata;
- d) Consórcios;
- e) Não será permitida a participação de licitantes que tenham tomado parte na elaboração do projeto. Também é vedado concorrer às empresas que possuam em seu quadro técnico, profissional que participou na elaboração do projeto como autor ou colaborador.

6.3 A apresentação da proposta significará que o licitante tomou conhecimento de todas as informações que julgou necessárias à sua participação, que examinou o conteúdo do edital e seus Anexos e os encontrou corretos, e que aceita, integral e irrevogavelmente os seus termos.

6.4 O licitante vencedor obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação de acordo com o art. 55, inciso XIII da Lei Federal nº. 8.666/93.

6.5 A participação na licitação importa total e irrestrita submissão das proponentes às condições deste edital.

#### **7. CREDENCIAMENTO**

7.1 A abertura desta licitação se dará em sessão pública, dirigida pelo pregoeiro designado e se realizará conforme legislação mencionada no preâmbulo deste edital.

7.2 Antes do início da sessão, a proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao pregoeiro, por um representante que, devidamente munido de documentos que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, nos termos da legislação.

7.3 O credenciamento se fará, no caso de representante, além do contrato social, instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente. Sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.4 Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de 01 (uma) licitante.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

7.5 Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores mesmo que não estejam munidos de procuração. A ausência deste documento implicará de imediato, na impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como na perda do direito de interpor eventual recurso das decisões do Pregoeiro, ficando o portador impedido de se manifestar durante os trabalhos.

7.5 A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do pregoeiro.

7.7 Declarado encerrado o procedimento do credenciamento, não será admitida a participação de outras participantes.

7.8 As Microempresas – ME e as Empresas de Pequeno Porte - EPP deverão apresentar a cópia do seu pedido de enquadramento (Declaração de ME ou EPP) e Certidão Simplificada da Junta Comercial que conste o seu enquadramento (ME ou EPP) para fins das prerrogativas da Lei Complementar 123/06 e suas alterações. (Anexo VII)

## **8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS**

8.1 No local, data e hora fixados no item 1.1 deste edital, apresentarão os licitantes suas propostas e documentos de habilitação em 02 (dois) envelopes, opacos, indevassáveis e fechados, designados respectivamente “A” e “B”, constando obrigatoriamente da parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

**ENVELOPE “A” – PROPOSTA**  
**COMISSÃO DE PREGÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 070/2018**  
**RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE**

**ENVELOPE “B” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
**COMISSÃO DE PREGÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 070/2018**  
**RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE**

8.2 O licitante deverá entregar, juntamente com os envelopes de proposta de preços e habilitação, mas de forma avulsa, sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes mencionados acima, os seguintes documentos:

8.2.1 – Declaração de habilitação – anexo V;

8.2.2 – Credenciamento – anexo VI;

8.2.3 – Declaração de preços – anexo VII e

8.2.4 – Declaração de ME ou EPP – anexo VIII;

8.2.5 Cédula de identidade do sócio administrador e do representante quando credenciado;

8.2.6 Registro comercial, no caso da empresa individual;

- ou Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhando de documentos de eleição de seus administradores;
- ou Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

8.3 As declarações e anexos mencionados neste Edital deverão ser apresentados em original no formulário oficial da licitante, contendo razão social, endereço, telefone, fax, CNPJ, e-mail, site ou qualquer outro dado considerado relevante, datados e carimbados.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

**9. ENVELOPE “A” – PROPOSTA**

9.1- A proposta de preços deverá apresentada em original no formulário oficial da licitante, em (01) uma via, manuscrita, datilografada ou digitada, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, que contenha razão social, endereço, telefone, fax, CNPJ, e-mail, site ou qualquer outro dado considerado relevante, devendo estar devidamente datada, assinada na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da proponente contendo:

9.1.1 Prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

9.1.2 Descrição clara do objeto licitado com indicação de marca, referência, procedência e outros elementos;

9.1.3 Preço unitário, total por item ou por lote e preço global, conforme termo de referência – anexo I, em real, expressos em algarismo de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto desta licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.2 As Propostas de Preços serão verificadas pela Comissão de Pregão, quanto a erros aritméticos, que serão corrigidos da seguinte forma:

9.2.1 Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente - será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto.

9.2.2 Erro de adição - será retificado conservando-se parcelas corretas e trocando-se a soma.

9.3 O preço total apresentado na Proposta de Preços corrigido pela Comissão de Pregão, em conformidade com os procedimentos acima e após anuência do licitante, constituirá o valor da proposta.

9.3.1 Se o licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será desclassificada.

9.4 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem no todo ou em parte, as disposições deste edital.

9.5 O Licitante, que alterar a(s) quantidade(s) constante(s) da Proposta de Preço (Anexo II), será desclassificado.

9.6 Prazo da entrega do objeto deverá atender ao especificado no termo de referência (anexo I);

8.7 Garantia de que o objeto será substituído, sem ônus para a administração, caso não esteja de acordo com as especificações e padrões exigidos.

9.8 A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

9.8.1 Declaração expressa de que nos preços contidos na proposta escrita e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances verbais estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital, anexo VII.

9.8.2 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a esse ou qualquer título.

9.9 A falta de assinatura na proposta poderá ser suprida pelo representante legal da empresa, desde que presente à reunião da abertura do envelope “proposta”.

9.10 Em caso de discrepância entre os preços unitário e total, será considerado o primeiro.

9.11 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem exigências do ato convocatório, que sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

que apresente valores unitários simbólicos ou irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestações inexequíveis.

9.12 Poderão ser desclassificados os itens, cujos valores estejam acima dos estimados, após a fase de lances.

9.13 As empresas de melhores propostas deverão apresentar à Comissão Pregoeira, mídia contendo a proposta dos itens por elas vencidos.

## **10. ENVELOPE “B” – DOCUMENTAÇÃO**

10.1 Para habilitação é necessária a apresentação dos seguintes documentos:

### **10.2 Habilitação Jurídica:**

10.2.1 Cédula de identidade do sócio administrador e do representante quando credenciado;

10.2.2 Registro comercial, no caso da empresa individual;

- ou Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhando de documentos de eleição de seus administradores;
- ou Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

10.2.3 Os documentos citados nos subitens 10.1.1 ao 10.1.4 ficam dispensados caso já tenham sido apresentados no credenciamento.

### **10.3 Qualificação Econômico-Financeira:**

10.3.1 Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo Distribuidor da sede do licitante. Se o licitante não for sediado na Comarca de Itaboraí, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e concordatas.

10.3.2 Balanço patrimonial e demonstrações do último exercício social, já exigíveis, registrado na Junta Comercial ou em cartório, contendo: Termo de Abertura, Termo de Encerramento, índices oficiais apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um vírgula zero) Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL À LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL À LONGO PRAZO}}$$

b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1,0 (um vírgula zero). Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

c) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1,0 (um vírgula zero). Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo pelo Patrimônio Líquido.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL À LONGO PRAZO  
IE = -----  
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.3.3 Prova de capital integralizado ou de patrimônio líquido no mínimo de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado da licitação, na forma prevista § 2º e 3º, do artigo 31 da Lei Federal nº 8.666/93;

**10.4 Regularidade Fiscal:**

10.4.1 Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual;

10.4.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal e Dívida ativa do Estado, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda da sede da licitante.

10.4.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, da sede da licitante.

10.4.4 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

10.4.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da união, expedida pela Secretaria da Receita Federal, da sede da proponente.

10.4.6 Certificado de regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), nos termos do Art. 195, § 3º da Constituição Federal;

10.4.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

10.5 Declaração de menor – anexo III;

10.6 Declaração de superveniência – anexo IV;

10.7 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios. Não existindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados da sua expedição.

**11. OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ENVELOPE “B” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

11.1 Deverão ser apresentados em cópia reprográfica ou em publicação no Órgão da Imprensa Oficial e rubricados pelo representante legal do licitante na ordem de solicitação dos documentos conforme item 10.

11.1 Serão consideradas inabilitadas as licitantes que deixarem de apresentar qualquer dos documentos ou que façam em desacordo com este edital.

11.2 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

**12- ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

12.1 A partir do horário previsto no 1.1 deste edital terá início a sessão pública do PREGÃO, quando o pregoeiro receberá os envelopes de propostas e documentação, passando à abertura do envelope “A”.

12.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo a(s) proposta(s), ocasião em que será procedida a verificação da conformidade dessa(s) com os requisitos estabelecidos neste edital, à exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis. A seguir, as propostas serão analisadas e rubricadas pelos licitantes presentes ao certame.

12.3 Ato contínuo, o pregoeiro classificará as propostas de menor preço e aquelas que tenham valores sucessivos em ordem crescente de preços, em até 10% (dez por cento) daquela.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

12.4 Quando não se verificar, no mínimo 03 (três) propostas escritas com preços compreendidos de acordo com o critério estabelecido anterior, o pregoeiro classificará as propostas subsequentes de menor preço, quaisquer que sejam os preços ofertados, a fim de que participem dos lances verbais.

12.5 Prosseguindo, será dado início à fase de apresentação dos lances, da qual participarão somente as proponentes classificadas na forma dos itens acima.

12.6 Os lances serão feitos verbalmente pelas proponentes classificadas, em ordem sequencial e a convite do pregoeiro, a partir da proponente classificada como de maior preço, sendo imediatamente registrado pelo pregoeiro o seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.7 As proponentes poderão oferecer lances sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

12.8 Só será aceito o lance cujo valor seja inferior ao último lance registrado.

12.9 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.10 Durante o transcurso da sessão pública, o pregoeiro informará constantemente as licitantes o valor de menor lance.

12.11 A sessão de lances será ininterrupta, até que seja estabelecido o menor lance a ser contratado.

12.12- Quando houver necessidade de interrupção dos lances, por motivo devidamente justificado, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa as participantes, divulgando data e hora para a reabertura da sessão.

12.13 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, informado pelo pregoeiro as licitantes, após o que aguardará pelo período de até 15 (quinze) minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

12.14 A proponente que não apresentar lance quando convocada pelo pregoeiro ou aquela que expressamente desistir de fazer lance, será excluída dessa fase, mantendo-se o último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

12.15 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre as propostas de menor preço e o valor estimado para as aquisições.

12.16 O empate entre duas ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente pregão.

### **13. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

13.1 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta classificada como de menor preço quanto ao valor, decidindo motivadamente a respeito, desclassificando-a se incompatível com os preços praticados no mercado.

13.2 O pregoeiro sempre poderá negociar diretamente com a proponente a fim de obter melhor preço, verificando-se essa possibilidade após o exame da proposta de menor valor, observado o disposto do item acima e quando não se verificarem lances verbais.

13.3 O pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

13.4 Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o pregoeiro examinará as propostas ou os lances subsequentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda as exigências editalícias.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

13.5 A licitante declarada vencedora deverá apresentar ao pregoeiro, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o encerramento deste pregão, a proposta escrita de preço contemplando o lance final ofertado, observando o item 9.13, caso a proposta tenha valor acima de R\$ 265.000,00.

13.6 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades estabelecidas neste edital.

13.7 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo pregoeiro e licitantes presentes.

13.8 Quando todas licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas, escoimadas das causas referidas na condição anterior.

13.9 Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a administração e nem ferir os direitos dos demais participantes.

13.10 Microempresas e empresas de pequeno porte

13.10.1 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do artigo 5º, § 2º da Lei Municipal 635/2007, com preços iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, de acordo com o estabelecido no § 6º do artigo 5º da Lei Municipal nº 635/2007.

13.10.2 - Não ocorrendo a apresentação da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas, na ordem classificatória, as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese acima, para o exercício do mesmo direito.

#### **14. HABILITAÇÃO**

14.1 Uma vez verificada a aceitabilidade da proposta, será aberto o envelope “B” – documentação, para constatação das condições de habilitação da empresa proponente.

14.2 Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, observado o disposto no seu item 9, a licitante será declarada vencedora.

14.3 Será desclassificada a proposta que, classificada como a de menor preço, não atender a qualquer das exigências para habilitação fixadas no edital, situação em que o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital.

14.4 Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja formalizado o acordo, com a entrega da nota de empenho/assinatura do contrato à licitante vencedora. Após este fato, ficarão por 20 (vinte) dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo este prazo sem que sejam retirados, serão destruídos.

14.5 Microempresas e empresas de pequeno porte (artigo 3º da Lei Municipal 635 e Lei Complementar 123 de 14/12/2006, e suas alterações)

14.6 A comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

14.7 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de retirada de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

14.8 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

(cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

14.9 A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

## **15. DOS RECURSOS**

15.1 A licitante interessada em interpor recurso deverá manifestar-se no final da sessão pública do pregão, registrando-se em ata a síntese de suas razões, sendo-lhe concedido o prazo de até 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentarem contra-razões em igual prazo que correrá a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

15.2 As razões e contra-razões de recurso deverão ser enviadas à Comissão de Pregão, no endereço indicado no item 1.1 deste edital.

15.3 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante ou não encaminhamento das razões do recurso no prazo legal indicado acima, importará na decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro à vencedora.

15.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.5 Os recursos terão efeito suspensivo e serão dirigidos à autoridade superior, por intermédio do pregoeiro, que considerando ou não sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará ao pregoeiro de forma fundamentada.

15.6- A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, reduzida a termo em ata.

15.7- Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

## **16. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

16.1 Constatado o atendimento das exigências previstas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, com a posterior homologação do resultado pela autoridade superior.

16.2 Não havendo interposição de recurso, após seu julgamento, a autoridade superior adjudicará e homologará o objeto da licitação.

16.3 O resultado dessa licitação será publicado na Resenha Municipal.

16.4 Uma vez homologado o resultado da licitação pela autoridade superior, a licitante vencedora será convocada, por escrito, à comparecer, dentro do prazo de 03 (três) dias, para recebimento da nota de empenho/assinatura do contrato.

16.5 O prazo de convocação acima poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela autoridade superior da instituição.

16.6 Deixando a adjudicatária de receber a nota de empenho/assinatura do contrato no prazo mencionado, contados da data de sua efetiva e documentalmente comprovada convocação, o pregoeiro procederá sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas à faltosa, ao exame das ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de proposta que atenda ao edital, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação.

16.7 O licitante vencedor poderá ser instado pelo pregoeiro a apresentar amostra do produto cotado para verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto desta licitação no prazo máximo de 48



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

(quarenta e oito) horas, contados a partir da sua notificação, que será efetivada por uma das formas previstas na cláusula do item 1.3

16.8 A amostra será analisada por representante da Secretaria Responsável que emitirá laudo motivado acerca do produto apresentado, podendo, ainda, ser realizados testes em laboratórios especializados ou quaisquer outros procedimentos necessários para a adequada verificação da amostra apresentada.

16.9 As amostras aprovadas permanecerão em poder da Administração, até a entrega de todo o quantitativo cotado pelo licitante.

16.10 A proposta do licitante será desclassificada no caso de a amostra ser reprovada, devendo o mesmo ser notificado por uma das formas previstas na cláusula 1.3 para ciência do laudo e retirada da amostra.

16.11 A desclassificação da proposta na forma prevista no item anterior, acarretará o conseqüente chamamento do segundo colocado, adotando-se o mesmo procedimento em relação a amostra.

### **17- DO CONTRATO E DO PAGAMENTO**

17.1 O contrato poderá ser substituído pela nota de empenho, estando as obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital, as Lei nº 10.520 e 8.666/93 e demais normas aplicáveis.

17.2 O pagamento será efetuado pelo Departamento de Tesouraria através de depósito na conta corrente da contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após a entrega dos materiais no Departamento de Almoxarifado, sito à Rua Demerval Garcia de Freitas, nº 88, Centro – Tanguá - RJ, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura, a qual será conferida e atestada pelo servidor responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no art. 5º da Lei nº 8.666/93 e desde que não ocorra fato impeditivo provocado pela adjudicatária.

17.3 Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar além da nota fiscal/fatura, o recibo discriminado de acordo com a nota de empenho.

17.4 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

17.5 O pagamento somente será efetuado após a comprovada regularidade da contratada, por meio de consulta 'on-line'.

17.6 Caso se faça necessária representação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo para pagamento reiniciar-se-á a contar da data da respectiva representação.

17.7 Os preços são fixos e irrevogáveis.

17.8 Por eventuais antecipações no pagamento das Notas Fiscais a Contratada sujeitar-se-á ao desconto com aplicação do índice do IPC-FIPE, calculado "pró-rata-die", entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia do adimplemento.

### **18. PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1 As licitantes, adjudicatárias e demais participantes desta licitação estarão sujeitos às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

18.2 A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as seguintes sanções, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse desta municipalidade.

I – ADVERTÊNCIA pelo não cumprimento das disposições deste Termo, desde que não interfira no andamento normal do serviço ou sua conclusão e não traga prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

II – multa equivalente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor da fatura por dia em que sem justa causa a contratada não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste contrato, até o máximo de 30 (trinta) dias, quando então incidirá em outras cominações legais;

III – multa de 1% sobre o valor total contratado a cada reincidência do motivo determinante da aplicação da penalidade de advertência;

IV – multa de 0,1% ao dia, sobre o valor total da obrigação pendente, nos casos de atraso injustificados de até 05 (cinco) dias nos prazos de:

1 – Na entrega do objeto licitado;

2 – Na montagem;

3 - Na substituição do objeto licitado.

V – multa de 0,2% ao dia até o limite máximo de 3,0%, sobre o valor total da obrigação pendente, nos casos de atraso e/ou recusa injustificada acima de 05(cinco) dias nos prazos de:

1 – Na entrega do objeto licitado;

2 – Na montagem;

3 - Na substituição do objeto licitado.

VI – Após o 15º dia de atraso do prazo previsto para entrega ou substituição do objeto licitado, sem justificativa aceita pela administração, o objeto será considerado como inexecutado;

VII – multa de 7,5% sobre o valor total da obrigação pendente em casos de:

1 – entrega parcial dos objetos licitados;

2 – montagem parcial dos objetos licitados;

3 – não substituição de objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução parcial.

4 – outras hipóteses de inexecução parcial do Contratado

VIII – multa de 15% sobre o valor total contratado nos casos de:

1 – recusa injustificada em iniciar a entrega dos objetos licitados;

2 – recusa injustificada em montar os objetos licitados;

3 – recusa injustificada em entregar a totalidade dos objetos licitados;

4 – outras hipóteses de inexecução total do Contratado

IX – suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não inferior a 5(cinco) anos.

X – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir com a contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

18.3 As sanções previstas nos incisos I, IX e X do item acima poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.4 As multas e outras sanções previstas neste instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da contratada, devidamente comprovada perante a contratante.

18.5 As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da contratante. Se a contratada não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para esse fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

18.6 Aplicar-se-á multa de 3% (três por cento) do valor total da obrigação, pela não aceitação da nota de empenho e/ou recusa de assinatura do contrato dentro do prazo de validade da proposta.

18.7 Fica facultada a defesa prévia da licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

**19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1 O pregoeiro lavrará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que fará parte integrante do processo licitatório e estará disponível para consulta no endereço informado neste edital.

19.2 É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente nos envelopes “A” e “B”.

19.3 A presente licitação a qualquer tempo poderá ser adiada por conveniência exclusiva da administração, revogada no todo ou em parte por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiro sem que caibam as licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o art. 49 da Lei nº 8.666/93.

19.4 Anulação do procedimento licitatório induz a do contrato/nota de empenho.

19.5- O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, § 1º e 2º da Lei 8.666/93.

19.6 As licitantes são responsáveis, administrativa, civil e plenamente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.8 Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.

19.9 O Foro da Comarca de Itaboraí / RJ será competente para dirimir as questões oriundas deste procedimento licitatório, até que seja instalada a Comarca de Tanguá, renunciando as partes a qualquer outro, ainda que privilegiado.

19.10 Não havendo expediente na data marcada, a reunião será realizada no primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e local, salvo por motivo de força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

19.11 São partes integrantes deste edital:

Anexo I – termo de referência;

Anexo II – proposta de preços;

Anexo III – declaração de menor;

Anexo IV – declaração de superveniência;

Anexo V – declaração de habilitação (Art. 4º, Inciso VII da Lei 10.520/2002);

Anexo VI – carta de credenciamento;

Anexo VII – Declaração de preços;

Anexo VIII – Modelo de declaração da ME ou EPP;

Anexo IX – Minuta do Contrato

Tanguá, 15 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura/Matrícula



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1-OBJETO**

**1.1-** O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a aquisição de materiais de consumo (expediente, limpeza, elétrico e eletrônico).

**1.2-** A despesa da presente aquisição será através dos recursos oriundos de emenda parlamentar nº. 37070015 - incremento temporário às transferências automáticas e regulares para fins de custeio, classificadas na GND 3, aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social em 27 de dezembro de 2017.

**2-JUSTIFICATIVA**

**2.1-** Os serviços socioassistenciais no SUAS são organizados segundo as seguintes referências: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional; e organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social: A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros. E se divide em dois grupos: Média Complexidade e Alta Complexidade. (NOB/SUAS, 2010, p. 19, 20) Assim, as ações da assistência social no SUAS são organizadas tendo como referência nos territórios mais vulneráveis, considerando suas demandas e necessidades, para o desenvolvimento social, individual e familiar.

A oferta dos serviços no CRAS deve ser planejada e depende de um bom conhecimento do território e das famílias que nele vivem, suas necessidades, potencialidades, bem como o mapeamento da ocorrência das situações de risco e de vulnerabilidade social e das ofertas já existentes.

Dessa forma, o CRAS deve desenvolver suas funções embasadas em dois eixos: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização, onde o primeiro consiste: “A matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade na família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social.

Todos os serviços ofertados no CRAS devem ter como foco o atendimento às famílias do seu território, considerando que o contexto familiar é um espaço de formação dos sujeitos e transmissão de valores. Assim, pontuamos o segundo eixo: A territorialização refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para o seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e consequente oferta de serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presente no território.

Portanto, considerar a territorialização como um dos eixos estruturantes das ações e serviços oferecidos no CRAS não significa apenas conhecer o território de sua abrangência, mas sim, como um espaço onde se manifestam as relações familiares e comunitárias. Por ser instituído como uma unidade da proteção social básica desempenha duas funções específicas: gestão da proteção social básica no seu território e a oferta do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p. 05) a Proteção Social Básica deve apresentar os serviços de: Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Como um novo mecanismo estatal, o CRAS atua diretamente com famílias e indivíduos, visando o fortalecimento de vínculos afetivos e sociais e a potencialização das famílias, tem por finalidade ampliar





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

a capacidade de proteção e de prevenção de seus usuários em sua área de atuação, bem como o fortalecimento e o apoio aos vínculos sociais e comunitários, articulando a favor de sua inclusão social.

Público alvo:

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: [...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultantes de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinha do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS, 2005, p. 33)

Segundo o Sistema de Registro Mensal de Atendimentos\*, em maio de 2018, (disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento>) havia no município de Tanguá 2.971 famílias referenciadas aos Centros de Referência de Assistência Social, assim distribuídas:

Posse dos Coutinhos: 434 famílias  
Bandeirantes: 827 famílias  
Vila Cortes: 954 famílias  
Centro: 756 famílias  
Total: 2971 famílias

\*OBS. Essas informações constam anexadas neste Processo Administrativo.

### **3-JUSTIFICATIVA DE NÃO SER REGISTRO DE PREÇOS.**

**3.1-**As especificações do objeto e a quantidade dos pedidos para os itens são aqueles constantes no anexo deste termo de referência, desta forma, haja vista a não imprevisibilidade quanto o quantitativo não se faz necessária a utilização do sistema de registro de preços.

### **4-METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA AQUISIÇÃO:**

**4.1-**A metodologia de cálculo será baseada de acordo com a planilha de itens fora da tabela do MDSA; relação física e estrutural dos CRAS e Formulário de Registro Mensal de Atendimentos dos CRAS, conforme anexo.

### **5-DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente processo correrão a conta da dotação:

P.T.: 10.002.001.08.243.0027.2105 - Proteção Social Básica

E.D. 33.90.30.00 - Material de Consumo

Ficha: 759

Fonte:116- FNAS

Detalhamento:

33.90.30.22- Material De Limpeza E Produção E Higienização

33.90.30.21- Material De Copa e Cozinha

33.90.30.26- Material Elétrico Eletrônico

33.90.30.16.00- Material De Expediente

33.90.30.17.00- Material De Processamento De Dados

Modalidade de empenho: **GLOBAL**

### **6-PROPOSTA**

**6.1-**A proposta deverá apresentar preço unitário e total, em moeda nacional, já considerando todas as despesas com tributos, transportes e demais custos que incidam direta ou indiretamente.

**6.2-**A presente contratação se dará por menor preço.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

### **7-DO REAJUSTE**

7.1-O preço estipulado na proposta da contratada do objeto previsto neste termo é irremediável.

### **8-LOCAL DE ENTREGA:**

8.1-O material deverá ser entregue no Departamento de Almoxarifado, situado à rua Demerval Garcia de Freitas, 88 – Centro – Tanguá – RJ, das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 de segunda a sexta, em dia de expediente normal.

8.2- Os materiais especificados neste instrumento, no que couber, deverão conter em suas embalagens as seguintes informações:

- a) Peso líquido;
- b) Composição;
- c) Identificação dos produtos e do estabelecimento de origem;
- d) Data de fabricação;
- e) Prazo de Garantia (no mínimo 3 meses);
- f) Marca.

### **9-PRAZO DE ENTREGA:**

9.1- o material deverá ser entregue em até 05 dias úteis após a emissão da nota de empenho;

9.2-A empresa que não cumprir o prazo acima estipulado estará sujeita às sanções estabelecidas no edital, no contrato, na Lei 10.520/2002 e na Lei 8.666/93;

9.3-Após a entrega, constatadas inconformidades no objeto, o mesmo será substituído por um em conforme, sem direito a ressarcimento à contratada e sem ônus ao município, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

### **10-RECEBIMENTO DO MATERIAL**

10.1-O recebimento ocorrerá da seguinte forma:

- a) O objeto do presente processo deverá ser recebido pelo Diretor do Departamento de Almoxarifado;
- b) Deverá ser verificada a equivalência dos materiais entregues, com as especificações contidas no edital e seus anexos;
- c) Detectando-se alguma anormalidade, defeitos, falhas ou imperfeições no material este será devolvido à licitante vencedora para adoção das medidas cabíveis a fim de sanar os problemas.

### **11-FRETE**

11.1-A empresa vencedora será responsável pelo frete do objeto, assim como as despesas com combustível, pedágio, hospedagem, alimentação do motorista e outras despesas.

### **12-PRAZO DE GARANTIA**

Os materiais de consumo deverão estar em embalagens próprias, sem qualquer violação ou danificação, devendo ser garantidos por, no mínimo, 90 (noventa) dias ou o estabelecido pelo fabricante, contados a partir do recebimento definitivo dos mesmos pelo Almoxarifado.

#### **12.1 - PRAZO DE GARANTIA PARA O MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS**

Os produtos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses contra vícios e/ou defeitos de fabricação, a contar da data de entrega dos materiais no Almoxarifado.

### **13-GARANTIA**

A garantia do produto consiste na prestação, pela Contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/9/1990, e alterações – (Código de Defesa do Consumidor),



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

**13.1-**A empresa vencedora deverá declarar expressamente que durante o período de garantia assume e se compromete a cumprir diretamente, ou se for o caso, por intermédio da, as obrigações relacionadas à substituição dos produtos.

I - Para efeito de avaliação do material, serão levados em conta os seguintes fatores:

- a) conformidade com especificações e características técnicas;
- b) qualidade;
- c) durabilidade;

II - Os fatores de qualidade, durabilidade e funcionalidade, serão analisados em conjunto, levando-se em conta, o fim a que se destina o material e, principalmente, o seguinte:

a) Quanto à qualidade – todo o processo produtivo pelo qual passa o material, inclusive a matéria prima usada, controle de qualidade, etc.

b) Quanto à durabilidade – a resistência do material, seja em relação à matéria prima utilizada, seja em relação ao processo produtivo empregado;

I - Para acompanhar o recebimento e fiscalização do contrato, será designado servidor representante da Administração da secretaria contratante.

#### **14-DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**14.1-**Efetuar a entrega do material de acordo com as especificações e demais condições estipuladas neste termo de referência, no contrato e no edital;

**14.2-**Comunicar à Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;

**14.3-**Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verifique dano em decorrência do transporte, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

**14.4-**Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

**14.5-**Fornecer os materiais cotados conforme previsto neste termo de referência, obedecendo rigorosamente as especificações e condições estipuladas no edital de licitação e na proposta comercial.

**14.6-**Declarar que estarão computados, nos preços unitários, todos os custos diretos e indiretos, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais, etc..., necessários à completa e correta execução do presente objeto.

**14.7-**Substituir, em um prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, o material que apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência com que as ocorrências técnicas corretivas tenham sido realizadas.

**14.8-**Efetuar as trocas somente por novas e originais ou de desempenho iguais ou superiores as utilizadas na fabricação do objeto.

#### **15-DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA**

**15.1-**Proporcionar todas as facilidades para que as contratadas possam cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;

**15.2-**Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

**15.3-**Receber o produto e realizar sua análise quanto à quantidade e qualidade;

**15.4-**Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no edital;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

**15.5-** Informar à Contratada o nome do funcionário responsável pela assinatura das autorizações de fornecimento.

**15.6-** Será designado servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação para promover o acompanhamento da entrega dos materiais, com fins de conferir no que for necessário às condições previstas neste termo.

**15.7-** Rejeitar o bem que não atenda aos requisitos constantes das especificações do termo de referência.

**15.8-** Efetuar o pagamento até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao do recebimento definitivo, com atesto da nota fiscal de cada fornecimento, que deverá ser feito pelo servidor designado no edital.

**15.9-** Aplicar as penalidades, quando cabível.

### **16-DAS SANÇÕES**

**16.1-** Se ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento pelo qual possa ser responsabilizada a LICITANTE, esta, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação vigente, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá sofrer as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta da licitante desistente, na hipótese de desistência injustificada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no Decreto nº 1095/2006, inclusive de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

c) multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor da contratação, na hipótese de recusa injustificada da licitante vencedora em retirar a nota de empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada;

d) multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia sobre a parcela que der causa, em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 30 (trinta) dias;

e) multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela que der causa, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no item anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

f) multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

g) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor total da nota de empenho, quando for constatado o descumprimento de qualquer obrigação prevista neste termo de referência, ressalvadas aquelas obrigações para as quais tenham sido fixadas penalidades específicas.

**16.2-** Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002 e no art. 17 do Decreto nº 1095/2006, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciada do Cadastro Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado da contratação, a LICITANTE que:

a) deixar de entregar documentação exigida no edital;

b) apresentar documentação falsa;

c) ensejar o retardamento da execução do objeto;

d) não manter a proposta;

e) falhar na execução do contrato;

f) fraudar na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo;

h) fizer declaração falsa;

i) cometer fraude fiscal.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

**16.3-** A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui a possibilidade de aplicação de outras previstas na legislação vigente, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

**16.4-** A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Prefeitura do Município de Tanguá.

**16.5-** O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei. 19.5.1 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a licitante vencedora obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial. 19.5.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela licitante vencedora à Presidência da República, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa. 19.6 As sanções previstas neste edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis. 19.7 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa. 19.8 As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **17-CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO**

**17.1-** Pelo fornecimento do objeto da presente licitação, a contratante efetuará o pagamento à contratada, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada por 02 servidores, não sendo o ordenador de despesas.

**17.2-** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após efetivo recebimento do objeto, sendo que a contratada deverá encaminhar juntamente a nota fiscal.

### **18-CRITÉRIOS DE FORNECIMENTO:**

**18.1-** Os materiais serão entregues parcelados.

**18.2-** O novo pedido de aquisição será realizado conforme necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

### **19-DO RECEBIMENTO DO BEM: DEFINITIVO**

**19.1-** Os materiais serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos seus componentes e as especificações dos opcionais constantes da proposta comercial, quanto à marca, modelo, especificações técnicas e níveis de desempenho mínimos exigidos.

**19.2-** Após recebimento provisório, o bem será recebido definitivamente, mediante a verificação da qualidade e sua consequente aceitação, por intermédio de Termo Definitivo de Recebimento, assinado pelas partes ou Atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

**19.3-** O prazo para o recebimento definitivo será de 03 (três) dias, contados da data do recebimento provisório.

**19.4-** Caso os materiais apresentem defeitos ou não sejam compatíveis com as especificações solicitadas deverão proceder a substituição no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

**19.5-** O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da licitante vencedora.

**19.6-** Caberá ao servidor responsável rejeitar os materiais que não estejam de acordo com as exigências, ou aqueles que não sejam comprovadamente originais ou novos, bem como determinar as suas substituições.

### **20-MEDIDAS ACAUTELADORAS**

**20.1-** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

### **21-DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**21.1-**Caso o contratado não possua conta no banco indicado pela contratante, será cobrada uma taxa estipulada por aquele banco referente ao DOC.

**21.2-**As empresas licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos.

**21.3-**Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a contratada cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de seus preços unitários.

**21.4-**Não será admitida reivindicação de alteração dos preços unitários ou global sob alegações tais como perdas não consideradas de materiais, quantitativos incorretos, dificuldades em entrega de materiais especificados no prazo, entre outros.

### **25 - PLANILHA ESTIMATIVA**

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNID.</b>	<b>QUANT.</b>	<b>PR. UNIT</b>	<b>ESTIMATIVA TOTAL</b>
001	Álcool em gel 500ml, álcool 70%. Ação bactericida e antisséptica.	UN	400,00	5,50	2.200,00
002	Balde de plástico confeccionado em polietileno de alta densidade com capacidade de 10 litros e alça de metal.	UN	55,00	6,15	338,25
003	Bloco de anotação, 50 folhas cada, dimensões: 100mm x 180mm, folhas internas de papel Sulfite reciclado. Capa: color, papel couchê brilho, 120g, personalizada com a logomarca do evento em 4 cores; escritos nas duas folhas de capa e contracapa;	UN	500,00	4,95	2.475,00
004	Caderno capa dura, espiral, 96 folhas pautadas dimensões: 14 x 20 cm.	UN	100,00	3,91	391,00
005	Caixa arquivo morto polionda ofício, 350x130x250mm caixa box cor azul	UN	500,00	4,41	2.205,00
006	Caneta esferográfica na cor preta plástico, corpo transparente, hexagonal, ponta com esfera de tungstênio de 1mm, largura da linha 0,4mm, corpo e tampa da caneta ventilados, caixa com 50 unidades.	CX	10,00	86,75	867,50
007	Caneta esferográfica na cor vermelha plástico, corpo transparente, hexagonal, ponta com esfera de tungstênio de 1mm, largura da linha 0,4mm, corpo e tampa da caneta ventilados, caixa com 50 unidades.	CX	10,00	86,75	867,50
008	Caneta esferográfica, cor azul, escrita média, corpo em plástico transparente, com perfuração lateral, medindo aproximadamente 140mm, com marca gravada no corpo, carga: tubo plástico aproximadamente 130,5mm, esfera em tungstênio. Embalagem com dados de	CX	10,00	86,75	867,50
009	Caneta hidrocor (hidrográfica) 12 cores , resistente ponta porosa, com tampa na mesma cor, antiassfixiante, composição: ponta de nylon, resinas	UN	150,00	9,86	1.479,00



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

	plásticas, tinta a base de corantes orgânicos e água, lavável, embalada em estojo de PVC transparente, embala				
010	Cartucho de tinta nº 122, referência CH561HB, na cor preta, original, HP Embalagem original, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	CX	100,00	122,00	12.200,00
011	Cartucho de tinta nº 122, referência CH562HB, colorido, original, para impressora HP deskjet 1000. Embalagem original, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	UN	100,00	65,00	6.500,00
012	Cartucho de tinta original, nº 662,XL, colorido Para impressora a jato de tinta HP, embalagem original, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	UN	100,00	75,00	7.500,00
013	Cartucho de toner nº 05A, referência P2035, na cor preta, original, para impressora HP laserjet. Embalagem original, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	UN	25,00	620,41	15.510,25
014	Cartucho de toner nº 53A, original para impressora HP deskjet.. na cor preta, Embalagem original, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	UN	50,00	713,00	35.650,00
015	Cartucho de toner, original, nº 85A, para impressora HP deskjet. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	UN	25,00	412,83	10.320,75
016	Cartucho para impressora HP preto, original, nº 662,XL.	CX	100,00	109,00	10.900,00
017	Cera líquida incolor em embalagem plástica de 500ml	UN	85,00	5,30	450,50
018	Cesto para lixo com tampa em material plástico resistente (polipropileno) com capacidade para 10 litros com tampa e pedal (acionamento da tampa por pedal), formato cilíndrico, cor: cinza	UN	260,00	14,90	3.874,00
019	Clips para papel, nº 1/0, em aço galvanizado, acondicionado em caixa de papelão resistente, contendo 500 unidades constando na embalagem: marca, quantidade e dados de identificação do fabricante.	CX	50,00	10,90	545,00
020	Cloro extra forte, embalagem 2 litros	UN	260,00	6,70	1.742,00
021	Desinfetante líquido a base de lavanda, para uso geral, ação bacteriana e germicida. Embalagem plástica com 2 Litros, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade.	UN	240,00	6,20	1.488,00
022	Desodorizador de ar para ambiente em forma de aerosol, fragrância Lavanda, embalagem com mínimo 400 ml.	UN	80,00	11,66	932,80
023	Dispenser para papel (porta papel toalha) para acondicionar papel toalha de 02 dobras de 26x23cm em material plástico, na cor branca, afixação em parede por meio de parafusos, capacidade para aproximadamente 500 folhas, visor frontal em plástico transp	UN	14,00	28,00	392,00
024	E.V.A. (Etil Vinil Acetat, cor amarela, folha medindo aproximadamente 40 cm x 60cm gramatura 2 mm.	UN	100,00	4,15	415,00
025	E.V.A. (Etil Vinil Acetat, cor azul, folha medindo aproximadamente 40 cm x 60cm gramatura 2 mm.	UN	100,00	4,15	415,00



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

026	E.V.A. (Ethil Vinil Acetat, cor laranja, folha medindo aproximadamente 40 cm x 60cm gramatura 2 mm.	UN	100,00	4,15	415,00
027	E.V.A. (Ethil Vinil Acetat, cor marrom, folha medindo aproximadamente 40 cm x 60cm gramatura 2 mm.	UN	100,00	4,15	415,00
028	E.V.A. (Ethil Vinil Acetat, cor rosa, folha medindo aproximadamente 40 cm x 60cm gramatura 2 mm.	UN	100,00	4,15	415,00
029	E.V.A. (Ethil Vinil Acetat, cor roxa, folha medindo aproximadamente 40 cm x 60cm gramatura 2 mm.	UN	100,00	4,15	415,00
030	E.V.A. (Ethil Vinil Acetat, cor verde claro, folha medindo aproximadamente 40 cm x 60cm gramatura 2 mm.	UN	100,00	4,15	415,00
031	E.V.A. (Ethil Vinil Acetat, cor vermelha, folha medindo aproximadamente 40 cm x 60cm gramatura 2 mm.	UN	100,00	4,15	415,00
032	Envelope de papel pardo, Kraft, tamanho A4, 80gr, caixa com 100	CX	100,00	28,51	2.851,00
033	Espanja de limpeza – dupla face – (sendo um lado em fibra sintética com abrasivo e outro com espuma de poliuretano com agente antibactéria – tamanho 110 mm x 75 mm, aproximadamente), pacote contendo 3 unidades. Embalagem com dados de identificação do f	UN	170,00	2,00	340,00
034	Espanja multi-uso, anti bactérias, dupla face, sendo uma face abrasiva e outra macia, medidas: 110mm x 75 mm x 20 mm, em embalagem com 3 unidades	UN	90,00	2,22	199,80
035	Fita adesiva, transparente, fabricada em celulose, adesivo em resina de borracha natural, rolo com dimensões 48 mm x 50 m , acondicionada em embalagem original.	UN	500,00	5,06	2.530,00
036	Fita corretiva, de alta qualidade na cor branca, tipo speedy, correção a seco, micro tape, tampa twist protetora para a fita, medindo 4,2mm x 5 m, com mecanismo anti-travamento, produto atóxico, secagem instantânea, cobertura de 100% da tinta em única	UN	60,00	6,71	402,60
037	Flanela 100% algodão – tamanho mínimo 400x600mm – com bordas chuleadas.	UN	135,00	3,79	511,65
038	Inseticida multiuso aerosol com 300ml	UN	120,00	11,80	1.416,00
039	Lápis de cor, fabricado em madeira, com corpo hexagonal, mina de 3 mm, atóxico - caixa medindo aproximadamente 6,3x18,2x22,7cm com 12 lápis de cores individuais variadas.	CX	150,00	8,13	1.219,50
040	Lápis preto número 2 flexível, ultra-resistente, hexagonal c/144 unidades	CX	5,00	103,51	517,55
041	Limpa vidro em embalagem plástica de 500ml	UN	75,00	5,28	396,00
042	Livro de ata, folhas pautadas sem margem, papel sulfite 75g/m², capa na cor preta e dura, contendo 200 folhas medindo aproximadamente 203mm x 98mm.	UN	100,00	25,50	2.550,00
043	Lustra móveis aroma lavanda embalagem de 200ml	FR	135,00	5,40	729,00



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

044	Mídia de CD-RW regravável, velocidade de gravação 12x. Capacidade de armazenamento 700mb para dados, 80 minutos para áudio; superfície com logo do fabricante; com envelope branco contendo visor plástico.	UN	300,00	3,15	945,00
045	Pá para lixo plástica medindo aprox. 24x16,5x7 com cabo longo de madeira de aprox. 80cm	UN	22,00	3,55	78,10
046	Pano branco, tipo saco, alvejado, para limpeza no chão 72 x 50 cm;	UN	155,00	5,56	861,80
047	Pano de prato - atalhado - 100% algodão - com peso mínimo de 70g - tamanho mínimo de 54 x 37 cm, alto poder absorção.	UN	80,00	3,60	288,00
048	Pano multi uso com 05 unidades	PT	60,00	5,90	354,00
049	Papel A4, 75g/m <sup>2</sup> , alcalino, ultra branco, 100% celulose de eucalipto acabamento superficial homogêneo, para reprodução, impressão e escrita, embalagem de proteção impermeável original, contendo as informações do fabricante na embalagem. Caixa contendo	CX	200,00	188,52	37.704,00
050	Papel higiênico, apresentando folha simples, lisa na cor branca; neutro, produto não perecível; composto de 100% de celulose; medindo 10cm x 19cm, com 04 rolos de 30 metros.	PT	2.000,00	2,80	5.600,00
051	Pasta suspensa com ferragens, para arquivo de gavetas, em papel cartão timbó marmorizado, 615g/m <sup>2</sup> . Plastificada, lombada ajustável de até 4 cm, na cor castanho, medindo: 260 mm x 365 mm x 0,35mm, com visor redondo na lateral, cabide em plástico com rev	UN	500,00	2,85	1.425,00
052	Pastas de papel: personalizada com elástico e bolso interno do lado direito. Medidas: 440 x 300mm – Aberta, 215 x 300mm – Fechada. Gramatura: À partir de 250g/m <sup>2</sup> . Impressão: Silk-Screen. Off-Set	UN	500,00	2,20	1.100,00
053	Pedra sanitária, tipo arredondada de 35 gramas embalada em plástico transparente, com suporte para colocação em bacia sanitária, fragrância lavanda.	UN	150,00	2,28	342,00
054	Pen drive de 16Gb, embalagem de plástico, com tampa, medindo aproximadamente 6,5mm	UN	200,00	40,43	8.086,00
055	Pilha alcalina, AA, com c/4 unid Acondicionado em embalagem original, contendo 4 unidades, com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	PT	36,00	8,23	296,28
056	Pilha alcalina, AAA - Ultra, longa duração c/4 und embalagem c/04 unidades	PT	36,00	8,23	296,28
057	Rodo com cepa de poliprolipeno cepa medindo 40cm de comprimento, EVA simples com espessura 3,5mm, cabo de madeira com 1,20 de comprimento.	UN	40,00	9,12	364,80
058	Sabão de coco em barra, embalado individualmente. Unidade de 100gr.	UN	240,00	1,55	372,00
059	Sabão em pó, biodegradável caixa de papelão ou pacote plástico original do fabricante, peso líquido: 1kg	UN	360,00	6,95	2.502,00



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

060	Sabonete líquido, para mãos, refil de 250ml, para uso geral. Embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	UN	30,00	9,41	282,30
061	Saco plástico para lixo, em resina termoplástica virgem ou reciclada capacidade nominal para 200 litros, na cor preta, com no mínimo 10,0 de micra. Dimensões: 90 X 125cm. Embalagem com 10 unidades.	PT	2.000,00	8,65	17.300,00
062	Saco plástico para lixo, em resina termoplástica virgem ou reciclada, com capacidade nominal para 100 litros na cor preta, com no mínimo 6,0 de micra. Dimensões:75 X 105cm. Embalagem com 10 unidades.	PT	2.000,00	7,00	14.000,00
063	Saco plástico para lixo, em resina termoplástica virgem ou reciclada, com capacidade nominal para 50 litros na cor preta, com no mínimo 4,0 de micra. Dimensões: 63 X 80cm. Embalagem com 10 unidades.	PT	2.000,00	4,25	8.500,00
064	TNT (Tecido Não Tecido) 100% polipropileno, na cor amarela rolo com 14 m de largura e 50 m lineares, gramatura 40/m².	UN	10,00	94,83	948,30
065	TNT (Tecido Não Tecido) 100% polipropileno, na cor azul rolo com 14 m de largura e 50 m lineares, gramatura 40/m².	UN	10,00	94,83	948,30
066	TNT (Tecido Não Tecido) 100% polipropileno, na cor branca rolo com 14 m de largura e 50 m lineares, gramatura 40/m².	UN	10,00	94,83	948,30
067	TNT (Tecido Não Tecido) 100% polipropileno, na cor marrom rolo com 14 m de largura e 50 m lineares, gramatura 40/m².	UN	10,00	94,83	948,30
068	TNT (Tecido Não Tecido) 100% polipropileno, na cor preta rolo com 14 m de largura e 50 m lineares, gramatura 40/m².	UN	10,00	94,83	948,30
069	Vassoura com cepa e cerdas de palha medindo 40cm amarração com arame, cabo madeira medindo 1,20m de comprimento.	UN	50,00	14,44	722,00
070	Vassoura com cerdas de pêlo sintético, tipo doméstico, com base de 60 cm com cabo de madeira, medindo 1,20m de comprimento.	UN	50,00	14,86	743,00
071	Vassoura para vaso sanitário, com cerdas de nylon cabo de madeira, medindo 17 cm, aproximadamente.	UN	50,00	3,60	180,00
072	Vassoura piaçava, tipo gari, com cepa de madeira medindo 37,5 de comprimento por 48,0mm de largura, com 4 fileiras de cerdas sintéticas com 90mm de altura e cabo de madeira com 1,20cm de comprimento.	UN	50,00	18,85	942,50
<b>ESTIMATIVA TOTAL</b>				<b>244.723,31</b>	





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

**ANEXO II**  
**PROPOSTA DE PREÇOS.**

À  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ  
Comissão Pregoeira

Processo nº. 0066/2018  
Pregão presencial nº. 070/2018.

Prezados Senhores:

Conforme solicitação, apresentamos preços e condições para os produtos especificados em anexo:

(local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura  
Representante Legal da Empresa

Carimbo do CNPJ

Validade da proposta: \_\_\_\_\_  
Condições de pagamento: \_\_\_\_\_  
Prazo de entrega: \_\_\_\_\_

Dados bancários:

Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta-Corrente: \_\_\_\_\_



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR**  
**PESSOA JURÍDICA**

Pregão Presencial nº. 070/2018

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) senhor(a)  
\_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade número  
\_\_\_\_\_ e do CPF número \_\_\_\_\_ DECLARA, para  
fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido  
da Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho  
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ).

*Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.*

(local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura  
Representante Legal da Empresa

Carimbo do CNPJ

*OBS.: Esta declaração deverá estar dentro do envelope “B” – Habilitação.*



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

ANEXO IV

ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES, SUBMISSÃO ÀS DISPOSIÇÕES  
LEGAIS E DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

Pregão presencial nº. 070/2018

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pela Prefeitura do Município de Tanguá e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura  
Representante Legal da Empresa

Carimbo do CNPJ

*OBS.: Esta declaração deverá estar dentro do envelope "B" – Habilitação.*



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO  
EXIGÊNCIA DO INCISO VII, ARTIGO 4º DA LEI 10.520/2002

Pregão presencial nº. 070/2018

Tendo examinado o edital, nós abaixo assinados, DECLARAMOS junto ao pregoeiro da Prefeitura do Município de Tanguá, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do envelope “B”, em conformidade com o inciso VII, artigo 4º da Lei 10.520/2002, para participação no pregão presencial.

(local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura  
Representante Legal da Empresa

Carimbo do CNPJ

*OBS.: Esta declaração deverá ser apresentada ao pregoeiro fora do envelope “A” – Proposta.*



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

**ANEXO VI  
CREDENCIAMENTO**

Pregão presencial nº. 070/2018

A empresa \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo identificado, credencia o senhor \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº. \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, CPF nº. \_\_\_\_\_, para representá-la junto à Prefeitura do Município de Tanguá nos atos relacionados à modalidade pregão, podendo para tanto formular ofertas e lances verbais de preços, manifestar intenção de interpor recursos, desistir do direito de interpor recursos, requerer o registro em ata das observações que entender relevantes, concordar, transigir, desistir, firmar compromissos, requerer, alegar e assinar o que conviver e, de modo geral, praticar todos os atos necessários e implícitos ao final, perfeito e cabal desempenhado do presente credenciamento.

(local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura  
Representante Legal da Empresa

Carimbo do CNPJ

*OBS.: Esta declaração deverá ser apresentada ao pregoeiro fora do envelope "A" – Proposta.*





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

**ANEXO VII**  
**DECLARAÇÃO DE PREÇOS**

Pregão presencial nº. 070/2018

Declaramos, para fins de certificação junto a Prefeitura do Município de Tanguá, que nos preços contidos na proposta apresentada, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

(local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura  
Representante Legal da Empresa

Carimbo do CNPJ

*OBS.: Esta declaração deverá ser apresentada ao pregoeiro fora do envelope "A" – Proposta.*



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP  
(ACOMPANHADO PELO DOCUMENTO EMITIDO DA INTERNET)**

Pregão presencial nº. 070/2018

A firma \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que é (MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

(local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura

Representante Legal da Empresa

Carimbo do CNPJ

*OBS.: Esta declaração deverá ser apresentada ao pregoeiro fora do envelope "A" – Proposta.*



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

**ANEXO IX  
MINUTA DE CONTRATO**

Contrato que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE TANGUÁ** e a firma visando a “-----”, objeto da Licitação sob a modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL, N° ---/2018-PMT**, do tipo Menor preço, na forma abaixo:

**O MUNICÍPIO DE TANGUÁ**, inscrito no CNPJ sob o -----, estabelecido à -----, Centro, CEP -----, nesta Cidade, representado neste ato pelo Ordenador de Despesa ----- (*qualificação*), portador da Cédula de Identidade nº -----, inscrito no CPF/MF sob o nº -----, doravante denominado MUNICIPIO, e, de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº -----, estabelecida na -----, doravante denominada **CONTRATADA**, representado por -----, residente e domiciliado a Rua -----, têm entre si na conformidade do que consta o processo administrativo nº ---/xxxx e no Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº ---/2018-PMT, com base no que dispõe o art. 23, II, “b”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, publicada no D.O.U. de 22 de junho de 1993, justo e acordado o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O presente contrato reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a contemplarem, alterarem ou regulamentarem, bem como pelo estabelecido no Edital de Pregão Presencial nº ---/---, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes do presente instrumento. A **CONTRATADA** declara conhecer todas estas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistema de penalidades e demais regras deles constantes mesmo que não expressamente transcritas no presente Contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

A **CONTRATADA** compromete-se, por força do presente instrumento, a fornecer ao Município, “-----”, na conformidade com a licitação Pregão Presencial nº ---/---, que constante do presente processo, fica fazendo parte integrante do presente instrumento independentemente de transcrição.

**Parágrafo Primeiro**— O fornecimento a ser executado é o constante do edital, do Termo de Referência e das propostas que foram apresentadas durante a licitação.

**Parágrafo Segundo** — Estes fornecimentos serão executados obedecendo fiel e integralmente a todas as exigências, normas, itens, elementos, especificações, condições gerais e especiais, e instruções fornecidas pela administração ou constantes do processo.

**Parágrafo Terceiro** — Obriga-se a **CONTRATADA** a manter, durante toda execução do presente instrumento de Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O fornecimento objeto do presente Contrato importa na sua totalidade em R\$ ---(---), sendo os preços, aqueles constantes da Proposta apresentada na Pregão Presencial nº ---/---.

**Parágrafo Primeiro**— As notas fiscais deverão ser apresentadas a cada entrega, para serem devidamente conferidas e atestadas por 02 (dois) servidores ou Comissão especialmente designada para fiscalização do recebimento, que não o ordenador da despesa e posteriormente encaminhadas para



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

pagamento, que deverá ocorrer no 30º (trigésimo) dia, contado a partir do adimplemento de cada fornecimento.

**Parágrafo Segundo** - Ocorrendo atraso no pagamento das Notas Fiscais, a Contratada será remunerada com aplicação do índice do IPC-FIPE, calculado “pró-rata-die” após o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação, nos termos da Art. 40 Inciso XIV alínea “d” da Lei Federal de Licitações.

**Parágrafo Terceiro** - Por eventuais antecipações no pagamento das Notas Fiscais a Contratada sujeitar-se-á ao desconto com aplicação do índice do IPC-FIPE, calculado “pró-rata-die”, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia do adimplemento.

**Parágrafo Quarto** — Os preços pactuados são irrevogáveis.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

O prazo de fornecimento do objeto previsto na Cláusula Segunda do presente instrumento de Contrato será de --- (---) meses, contados da assinatura deste Termo, podendo ser alterado, na forma do artigo 65 da Lei 8666/93.

**Parágrafo Primeiro** – O fornecimento, objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência, deste processo.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas, objeto do presente Contrato, na importância prevista na Cláusula Terceira, correrão à conta do Programa de Trabalho nº-----, Elemento de Despesa -----, integrantes do Orçamento do corrente exercício .

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Cabe ao **MUNICÍPIO**, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução do fornecimento do objeto contratado, e do comportamento do pessoal da **CONTRATADA**, sem prejuízo da obrigação desta, de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

**Parágrafo Único** - A **CONTRATADA** declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo **MUNICÍPIO**.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A **CONTRATADA** obriga-se a tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos ao **MUNICÍPIO** e a terceiros, em consequência da execução do fornecimento.

**Parágrafo Primeiro** - A **CONTRATADA** será única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, provenientes da execução do fornecimento objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores, ficando obrigada a repará-los imediatamente, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

**Parágrafo Segundo** - A **CONTRATADA** será também responsável por todos os ônus ou obrigações concernentes às legislações social, trabalhista, fiscal, securitária, ou previdenciária, bem como por todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), despesas com equipamentos necessários aos fornecimentos contratados, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização do fornecimento, até a sua entrega, perfeitamente concluída.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

**Parágrafo Terceiro** - A CONTRATADA, desde já, se responsabiliza pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por eles, ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros.

**Parágrafo Quarto** - O **MUNICÍPIO** não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano na indenização a terceiros em decorrência de atos da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**Parágrafo Quinto** — A Contratada se compromete a não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência do Município.

**Parágrafo Sexto** — Não serão admitidos pela PMT, a substituição de um item não solicitado e não fornecido, por outro.

**CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO**

1. Constituem motivos para rescisão do Contrato:

I— O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazo;

II — O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazo;

III — A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento nos prazos estipulados;

IV — O atraso injustificado no início do fornecimento;

V — A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

VI — A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contrato com outrem, a cessão ou a transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° ---/15-PMT e no Contrato;

VII — O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução assim como a de seus superiores;

VIII — O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do art. 67, § 1º da Lei n 8.666, de junho de 1993;

IX — A decretação de falências ou a instauração de insolvência civil;

X — A dissolução da sociedade;

XI — A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;

XII — Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

determinadas, pela máxima autoridade da esfera administrativa, a que está subordinada ao Município e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XIII — A supressão, por parte da administração do fornecimento ou compras acarretando modificação no valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro, do art. 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

XIV — A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração por prazo superior, a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo independentemente, do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e outras previstas, assegurado a **CONTRATADA**,\_nestes casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV — o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Município, decorrentes do fornecimento, ou parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem ou guerra, assegurada a contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

XVI — a não liberação, por parte do Município, de área, local ou objeto para execução do fornecimento nos prazos contratuais.

XVII - A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

**Parágrafo único**— Os casos de rescisão contratual serão normalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

2. A rescisão do presente Contrato poderá ser:

I — Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos numerados nos incisos I a XVII da presente cláusula;

II — Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no presente processo de licitação desde que haja conveniência para a Administração;

III — Judicial, nos termos da Legislação.

3. Na ocorrência de rescisão administrativa prevista no Art. 77, ficam reconhecidos os direitos da Administração, em conformidade com o estabelecido no Art. 55 Inciso IX da Lei 8666/93 e suas alterações, podendo a mesma investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão e aperfeiçoamento do fornecimento pretendido.

**CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS**

I — Ressalvados os casos de força maior, devidamente comprovados a Juízo do Município, a



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

CONTRATADA incorrerá em multa quando houver atraso na entrega dos produtos objeto do presente contrato;

II — O valor da multa será calculado à razão de 1% (um por cento) por dia de atraso, sobre valor do contrato, até o período máximo de 20 (vinte) dias, fixada neste Instrumento. A multa será descontada dos pagamentos ou cobrada judicialmente, quando for o caso;

III — Pela inexecução total do contrato, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, depois de esgotado o prazo acima fixado;

IV — Outras faltas cometidas pela CONTRATADA sem que seja prevista penalidade para o caso, a multa será de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato por infração;

V — As multas impostas à **CONTRATADA** em decorrência desse Contrato, serão solvidas por ela na ocasião do pagamento dos produtos;

VI — À **CONTRATADA**, assiste o direito de solicitar reconsideração por escrito ao município, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da notificação recebida, que será decidida pela autoridade competente em 5 (cinco) dias, relevando ou não a multa.

VII — Além das penalidades previstas nos itens acima mencionados a administração poderá aplicar as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratação com o Município, por prazo de 120 (cento e vinte) dias;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração o Município enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a

penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de sanção aplicada no inciso anterior;

VIII - Os atos de aplicação de sanção, serão motivados e obrigatoriamente publicados na Imprensa Oficial;

IX - A multa prevista na letra c, desta cláusula é de competência exclusiva do Sr. Excelentíssimo Prefeito Municipal, facultada a defesa da **CONTRATADA**, no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de sua aplicação.

X - A **CONTRATADA** deverá efetuar o pagamento da multa dentro de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão unilateral do Contrato.

XI - É facultada a defesa prévia da **CONTRATADA** no respectivo Processo Administrativo, solicitada por escrito à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, que será decidida pela mesma autoridade, relevando ou não a sanção.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
**SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO**

PMT/RJ  
Processo nº. 066/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

**Parágrafo Único** — As penas acima referidas serão propostas pela fiscalização e impostas pela autoridade competente.

**Parágrafo Segundo** - A existência e atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** em nada restringe as responsabilidades única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne aos fornecimentos, e às suas conseqüências e implicações, próximas ou remotas.

**Parágrafo Terceiro** - A fiscalização dos fornecimentos a que se refere o presente instrumento, será executada sob a direção e responsabilidade de Comissão ou de funcionário designado pelo **MUNICÍPIO**, o qual fica desde já autorizado a representá-lo em suas relações com a **CONTRATADA**, em matéria do fornecimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA COBRANCA JUDICIAL**

A cobrança judicial de quaisquer quantias devidas ao **MUNICÍPIO** e decorrentes do presente termo far-se-á pelo processo de execução fiscal.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO**

O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com o prévio e expresse consentimento do **MUNICÍPIO**, sob pena de imediata rescisão.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Itaboraí com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente, **MUNICÍPIO E CONTRATADA**, nas pessoas de seus representantes legais, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas relacionadas, para que produza os efeitos legais.

Tanguá, de \_\_\_\_\_ de 2018.

**ORDENADOR DE DESPESA**

**CONTRATADA**

**Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_

RG:

CPF:

2. \_\_\_\_\_

RG:

CPF: